

# Assistência às Gestantes e Puérperas do Sistema Prisional Brasileiro

Assistance to Pregnant Women and Mothers in the Brazilian Prison System

Asistencia a Embarazadas y Madres en el Sistema Penitenciario Brasileño

Caroline Silva de Carvalho<sup>1</sup>, Geísa Sereno Velloso da Silva<sup>2</sup>, Adiel Queiroz Ricci<sup>3</sup>, Alessandra da Silva Souza<sup>4</sup>, Jannáina Sther Leite Godinho Silva<sup>5</sup>, Elisângela do Nascimento Fernandes Gomes<sup>6</sup>

**Como citar esse artigo.** Carvalho, CS. Silva, GSV. Ricci, AQ. Souza, AS. Silva, JSLG. Gomes, ENF. Intervenções do Enfermeiro para crianças e familiares com Transtorno Espectro Autista a partir de Peplau. Rev Pró-UniversUS. 2025; 16(3) Especial;131-136.

## Resumo

O estudo se dá com o objetivo de conhecer qual é a assistência prestada a gestantes e puérperas no sistema prisional brasileiro. Sabe-se que a gestação é um ciclo marcante na vida da mulher, e quando se fala na gestação dentro do ambiente prisional ocorrem algumas modificações tanto na assistência prestada a elas quanto para a vida da mulher em si. Em sua metodologia foi realizado uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, utilizando os descritores enfermagem, gestantes, prisões e prisioneiros, os artigos selecionados tinham um espaço temporal entre 2012 à 2022 e estava na língua portuguesa. Como resultado podemos observar que a assistência a essas gestantes é deficitária, diferentemente das que estão em liberdade, e a estadia na prisão favorece a essas gestantes desenvolverem doenças por se tratar de um ambiente em precárias condições. Conclui que a assistência no âmbito prisional necessita de melhorias, pois é um direito dessa população.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Gestantes; Prisões; Prisioneiros.



## Abstract

The study is carried out with the objective of knowing what is the assistance provided to pregnant and puerperal women in the Brazilian prison system. It is known that pregnancy is a remarkable cycle in a woman's life, and when talking about pregnancy within the prison environment, there are some changes both in the assistance provided to them and in the woman's life itself. In its methodology, a literature review was carried out with a qualitative approach, using the descriptors nursing, pregnant women, prisons and prisoners, the selected articles had a time frame between 2012 and 2022 and were in Portuguese. As a result, we can observe that the assistance to these pregnant women is deficient, unlike those who are free, and the stay in prison favors these pregnant women to develop diseases because it is an environment in precarious conditions. It concludes that assistance in the prison environment needs improvement, as it is a right of this population.

**Key words:** Nursing; Pregnant women; Prisons; Prisoners.

## Resumen

El estudio se realiza con el objetivo de conocer cuál es la asistencia prestada a las mujeres embarazadas y puérperas en el sistema penitenciario brasileño. Se sabe que el embarazo es un ciclo notable en la vida de una mujer, y cuando se habla de embarazo en el ámbito penitenciario, hay algunos cambios tanto en la asistencia que se les brinda como en la vida misma de la mujer. En su metodología, se realizó una revisión bibliográfica con enfoque cualitativo, utilizando los descriptores enfermería, gestantes, prisiones y reclusos, los artículos seleccionados tenían un lapso de tiempo entre 2012 y 2022 y estaban en portugués. Como resultado, podemos observar que la asistencia a estas gestantes es deficiente, a diferencia de las que son libres, y la permanencia en prisión favorece que estas gestantes desarrollen enfermedades por tratarse de un ambiente en condiciones precarias. Concluye que la asistencia en el ámbito penitenciario necesita mejoras, ya que es un derecho de esta poblaciones.

**Palabras clave:** Enfermería; mujeres embarazadas; prisiones; prisioneros.

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Enfermeira pela Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil. E-mail: carvalho-rol48@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2372-4488>. <sup>2</sup>Mestre em Enfermagem pela UFRJ. Docente do Curso de Enfermagem, Universidade de Vassouras. RJ, Brasil. E-mail: geisa.velloso@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0304-8010>. <sup>3</sup>Doutor em Estudos de Linguagem pelo programa de Estudos de Linguagem da Uni-versidade Federal Fluminense. Docente do Curso de Enfermagem, Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: adielricci@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2761-2499>. <sup>4</sup>Mestre em Enfermagem pela Universidade de Vassouras. Docente do Curso de En-fermagem da Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil. E-mail: alesou-za22@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9009-9774>. <sup>5</sup>Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense, Docente do Curso de Enfermagem da Universidade de Vassouras. Vassouras, RJ, Br. E-mail:jjasther@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8308-2093>. <sup>6</sup>Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Vassouras. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade de Vassouras. RJ, Brasil. E-mail: elisangela-vass@yahoo.com.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8432-4157>.

E-mail de correspondência: carvalho48@gmail.com

Recebido em: 28/11/22 Aceito em: 06/04/25

## Introdução

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) se criou com intuito de garantir o acesso ao cuidado integral no SUS após se ver à necessidade urgente de inclusão efetiva dessas pessoas, cumprindo os princípios de universalidade e equidade<sup>1</sup>.

Houve um grande aumento da população carcerária feminina. Mais de 714.000 mulheres estão presas ao redor do mundo. O Brasil se destaca no aumento da taxa de aprisionamento do sexo feminino, com crescimento de 455% entre os anos de 2000 e 2016. No Brasil em junho de 2016, o número de Mulheres Privadas de Liberdade atingiu ao total de 42.355, sendo que em 2014 o número de presidiárias era de 37.380. Dentre essas mulheres, se apresentam mulheres cuja gravidez pode ter sido identificada antes ou após o aprisionamento<sup>2</sup>.

O acompanhamento pré natal tem como objetivo possibilitar que a gestação se desenvolva proporcionando um parto de um recém-nascido saudável, sem impactar na saúde materna, abordando atividades educativas, preventivas e questões psicossociais<sup>3</sup>.

Em Junho de 2000 o Ministério da Saúde (MS) através da portaria n°569, instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), que considera o que é necessário para realizar um pré natal de qualidade<sup>4</sup>.

No Art. 14 da Lei de execução penal (LEP), a saúde do preso ou do internado compreenderá de atendimento médico, farmacêutico, e odontológico, porém, por vezes há uma ausência ou diminuição do número desses profissionais, sendo o enfermeiro o único a acompanhar essa população<sup>5</sup>.

No ano de 2009 ocorreram mudanças significativas nas condições de saúde acrescentadas na Lei de execução penal (LEP) Lei n° 11.942, de 2009, onde asseguram as mulheres principalmente ao acompanhamento pré natal e pós parto, aplicável também ao recém-nascido. Assegurou espaço para criança ficar com a mãe durante a amamentação por no mínimo 6 meses, e creche para abrigar crianças acima de 6 meses e menores de 7 anos<sup>6</sup>.

O objeto do estudo são as Gestantes e puérperas do sistema prisional. Tem como justificativa ser uma população a margem da sociedade, então a decisão da temática surgiu através do interesse em saber como se dá o atendimento a essas gestantes e puérperas em situação de encarceramento, considerando que é um direito assegurado pela Constituição.

A mulher encarcerada é amparada por seus direitos pela Lei de execução Penal, considerando os expostos e o crescimento do número mulheres encarceradas, o presente estudo tem como questionamento: De acordo com as produções científicas

existentes, como é a assistência prestada a mulheres gestantes e puérperas em situação de encarceramento?

Diante estas compreensões, o objetivo geral do estudo é conhecer qual é a assistência prestada a gestantes e puérperas no sistema prisional brasileiro, e os objetivos específicos são: Identificar a aplicabilidade da Lei de Execução Penal no sistema; conhecer a assistência prestada no Brasil; e analisar de que forma os direitos estão sendo trabalhados. Pretende-se com este estudo trazer contribuições para o ensino, para a pesquisa e para o cuidado de enfermagem.

## Metodologia

Foi realizado uma revisão de literatura utilizando abordagem qualitativa, um estudo elaborado através de relatos bibliográficos, com intuito de analisar resultados demonstrados no estudo de outros autores, com intuito de agregar ideias sobre um tópico<sup>7</sup>.

Os dados foram coletados em Base de Dados Virtuais. Para tal utilizou-se a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Na primeira busca foi encontrado sem o filtro, um total de 10 artigos, e na segunda busca um total de 21 artigos. Após a filtragem, foram excluídos os artigos que não tem correlação com o tema, artigos que não estão na língua portuguesa, que não estão no espaço temporal de 10 anos (2012 - 2022), e artigos que não têm apresentação suficiente de dados. Como critério de inclusão, foram escolhidos artigos que abordam o tema em questão, e artigos que estão na íntegra.

Foram selecionados 4 artigos na Base de Dados de Enfermagem (BDENF), sendo um deles também na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca dos artigos foi executada pelos Descritores: Enfermagem AND Gestantes AND Prisões AND Prisioneiros.

## Resultados e Discussão

Para realizar a análise de dados com as ideias que ressaltam as publicações utilizadas, foi feito uma divisão em duas categorias: “Gestar na prisão e seus desafios” e “A estrutura do ambiente prisional e seus prejuízos”. A seguir, será exposta cada uma delas.

### Gestar na prisão e seus desafios

A mulher quando está passando pelo momento da gestação, carece de alguns cuidados, portanto tem como principal acompanhamento as consultas de pré-natal, e as consultas puerperais.

No estudo, analisou-se que é retratado o perfil

**Tabela 1.** caracterização do estudo quanto aos principais resultados encontrados, de acordo com o título, autor, país, ano, objetivo e tipo de estudo.

Nº	Título	Autores	País/ Ano	Objetivo	Principais Resultados	Tipo de estudo
01	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	Félix, Rayane Saraiva et al.	Brasil 2017	Descrever a atuação do enfermeiro na atenção pré-natal com mulheres em sistema carcerário; Identificar dificuldades dos enfermeiros na atenção pré-natal às encarceradas.	O estudo trata de assuntos como o perfil da população que está no ambiente prisional, a humanização no pré-natal, a importância do cuidar do enfermeiro, e sobre as precárias condições que essas mulheres são expostas, trazendo na maioria das vezes prejuízos físicos e mentais.	Revisão Integrativa
02	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: Revisão integrativa	Sales, Ana Carolina et al.	Brasil 2021	Analisar as publicações nacionais e internacionais acerca da assistência ao pré-natal oferecida às mulheres privadas de liberdade	Uma reflexão crítica sobre a realidade vivida dentro do sistema prisional, a falta de assistência prestada, e retrata a realidade da assistência a grávida em encarceramento em outros países.	Revisão integrativa da literatura.
03	Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão	Matos, Khesia Kelly Cardoso; Silva, Susanne Pinheiro Costa E; Lima, Juciara Karla de Souza	Brasil 2018	Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o gestar enquanto vivendo em Colônias Penais.	Além de apresentar o perfil das encarceradas, relata sobre a falta das consultas de pré-natal e as dificuldades na realização de exames. Demonstra os obstáculos encontrados durante o encarceramento pela população, e apresenta relatos das entrevistadas.	Estudo qualitativo do tipo descritivo e exploratório

**Tabela 1 (cont.).** caracterização do estudo quanto aos principais resultados encontrados, de acordo com o título, autor, país, ano, objetivo e tipo de estudo.

Nº	Título	Autores	País/ Ano	Objetivo	Principais Resultados	Tipo de estudo
04	Maternidade em regime prisional: Desfechos maternos e neonatais	Andrade, Anny Beatriz Costa Antony de; Gonçalves, Maria Jacirema Ferreira.	Brasil 2018	Descrever os desfechos, identificados na literatura, da gestação, parto e puerpério em mulheres Privadas de liberdade.	Relata sobre os prejuízos que podem ocorrer por não ter o pré natal correto como o baixo peso ao nascer e prematuridade, os benefícios de um acompanhante durante o trabalho de parto e os fatores ao qual essas grávidas estão expostas. Mostra-se a importância do vínculo binominal principalmente na amamentação e o que a falta de estrutura do ambiente prisional coloca em risco.	Revisão Integrativa

populacional das mulheres apenadas, os autores<sup>8,5,9</sup> mostram o aumento do número de mulheres envolvidas com o crime, e mostram que a maioria das apenadas que ali estão são muito jovens, os mesmos afirmam que a maioria delas tem baixa escolaridade e não concluíram o ensino fundamental.

A assistência à saúde das apenadas é marcada pela dificuldade de realização de consultas pré-natais e puerperais, identificando que mulheres em privação de liberdade são alcançadas tardiamente para a realização das consultas pré-natais, geralmente após o primeiro trimestre<sup>10</sup>. Foi analisado que as unidades prisionais necessitam de melhorias para se obter uma assistência de qualidade, os autores<sup>10,11,12,5</sup> destacam as leis que são garantidas a essas mulheres, porém muitas vezes não são cumpridas, os autores<sup>10,12</sup> destacam a presença de um acompanhante, pois é um direito pouco executado dentro do ambiente prisional. Para<sup>9</sup> a presença do acompanhante é direito assegurado pela constituição Federal lei nº11.108 de 2005. O autor<sup>13</sup> ressalta que a presença de um acompanhante de sua segurança, favorece para que a mulher se sinta segura e receba apoio na hora do parto.

Com base no que os estudos apontam, observa-se que há a lei que assegura essas mulheres, porém precisa

ser mais bem trabalhada de forma que se obtenha uma assistência digna, fatores como realizar atividades educativas, ter mais números de consultas pré natais, pois a média é de apenas 3, ter acompanhamento com profissionais qualificados para realizar o pré-natal, e adotarem as realizações de consultas puerperais deveriam ser mais trabalhados, o acompanhamento no primeiro trimestre de gestação é fundamental, pois é ali que na maioria das vezes se identifica problemas possíveis de serem tratados.

Ter acesso a saúde é direito de todos garantida pelo Estado independente de quem seja. Ali dentro do ambiente prisional, as mulheres não conseguem buscar atendimentos por meios próprios, e vale lembrar que o feto é o principal prejudicado pelo acompanhamento inadequado nesse período.

É relevante relatar que ali dentro a mulher não mantém um vínculo com sua família, dificultando o acesso dessas pessoas no instante do parto, as vezes nem o pai é comunicado para acompanhá-la nesse momento. “A presença do acompanhante no decorrer do trabalho de parto, parto e pós-parto, proporcionavam-lhe um maior conforto, segurança e força em todos os instantes, tornando-se parte essencial no cenário do parto”<sup>14</sup>. É notório que o sistema necessita de ações

voltadas a garantir a efetividade do que é previsto por lei. De acordo com a literatura<sup>12</sup> estar encarcerada é estar privada de suas escolhas, e isso quando se trata do parto, fica evidente.

### **A estrutura do ambiente prisional e seus prejuízos**

Analisando os estudos, a pesquisa evidenciou que a estrutura do ambiente prisional é um fator importante a ser mencionado. É abordado por<sup>10,15</sup> que o ambiente é inadequado para promover uma gestação, favorecendo a gerar problemas à saúde, já que as mulheres ali se tornam vulneráveis. O autor<sup>8</sup> aborda que o ambiente apresenta condições inapropriadas, estando na maioria das vezes superlotadas. É retratado por<sup>16</sup> que de acordo com o relatório do INFOPEN de 2018, apenas 16% contêm celas ou dormitórios apropriados para gestantes.

É visualizado que a precariedade do ambiente traz danos a saúde mental por ser um agente estressor. Por muitas vezes a mulher se sentir angustiada pelas condições em que ali está, é comum desenvolver adoecimentos psíquicos como a depressão e suicídios, e a fraca conduta dos profissionais levam ao estresse e ao esgotamento. Também é abordado que por serem obrigadas a ter contato com pessoas de todo tipo de personalidade, o ambiente se torna um cenário propício para gerar divergências entre as apenadas<sup>8</sup>.

Analisando a partir da visão de Wanda de Aguiar Horta, o ambiente por ser um fator de desequilíbrio para as apenadas, levam a desconfortos e tensões sentidas conscientes ou inconscientemente, o que favorecem a causa de doenças, pois o homem tem necessidades a serem atingidas para o seu bem-estar, e quando está com esses desequilíbrios, a assistência se torna ainda mais necessária<sup>17</sup>.

Há um destaque na consulta humanizada, para<sup>8</sup> a humanização garante um acolhimento desde a consulta de pré natal até o nascimento de um bebê saudável. É abordado por<sup>13</sup> que a humanização do parto é importante desde a estrutura devendo ser aprontado para garantir privacidade, segurança, e o ambiente acolhedor com os profissionais oferecendo apoio empático como informações e explicações. A humanização também contribui para o processo de ressocialização dessas mulheres<sup>10</sup>.

Pode-se observar que o ambiente tem um impacto importante na saúde dessa população, acarretando problemas que poderiam ser evitados se suas necessidades humanas básicas como alimentação, higiene, sono, ambiente adequado fossem atendidos, é de referir que também não é um ambiente apropriado para a geração de uma criança, lembrando que por muitas vezes o ambiente estar em superlotação não tem um espaço propício como é estabelecido pela Lei de execução Penal (LEP).

Por fim o ambiente também carece de recursos humanos e materiais para realizar o acompanhamento

dessas mulheres, sendo um outro fator para colocar em risco sua gravidez.

## **Conclusão**

Através do desenvolvimento desse estudo, pode-se notar que há poucas produções científicas que abordam o tema em questão, entretanto foi possível analisar nas pesquisas selecionadas sobre como é o cuidado prestado no pré-natal e pós parto às mulheres privadas de liberdade.

Mostra-se que nesse cenário há uma precariedade no atendimento a essa população, havendo uma negligência no acesso ao atendimento em que essas mulheres tem direito.

Nota-se que a enfermagem tem um papel importante sendo muitas das vezes o único a acompanhar essa população, tendo como atribuições a escuta, aconselhamento, e o atendimento tendo maior proximidade a todas as fragilidades que envolvem essa mulheres, porém no caso do cárcere esse atendimento passa a ter dificuldades por não ter recursos humanos e materiais, e pela estrutura prejudicada de forma a afetar a qualidade desse serviço.

Apesar de existir as políticas como Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) que retrata sobre como realizar pré natal e a consulta puerperal adequada e a Lei de execução Penal (LEP) que assegura essas mulheres ao acompanhamento, verifica-se que há uma falha quando se trata das mulheres encarceradas, tendo um deficit no número e na qualidade dessas consultas, nas realizações de exames, e nas atividades educativas.

É notório que o aprimoramento do ambiente e o atendimento à saúde mental fazem-se necessários para o acompanhamento dessas mulheres, já que foi um assunto pertinente.

Conclui-se que a falha não está na falta de direitos, e sim no alcance a eles, ou seja, precisa de medidas para fazer essa população ter acesso ao que se tem garantido por lei.

## **Conflito de Interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses de nenhuma natureza.

## **Referências**

1. Brasil, Ministério da Saúde et al. Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional. PNAISP.

- 1.ed; 2014. Acesso em: 25 jul. 2022. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>.
2. Sales AC, et al. Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Revista Baiana de enfermagem*. Vol 35; 2021. Acesso em: 25 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36114>
3. Brasil, Ministério da Saúde. Caderno de atenção básica: atenção ao pré-natal de baixo risco. Ministério da Saúde. Brasília; 2012. Acesso em: 23 jul. 2022. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf).
4. Brasil, Ministério da Saúde. Programa humanização do parto: humanização no pré-natal e nascimento. Ministério da Saúde. Brasília DF; 2002. Acesso em: 25 jul. 2022. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>.
5. Fernandes DCA, Fernandes HMA, Barbosa ESB. Reflexões sobre o direito à saúde das gestantes e puérperas no sistema prisional. *FAMP Faculdade Morgana potrich*, vol. 7, n. 1; janeiro 2020. p. 1-8. Acesso em: 14 set. 2022. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/102/100>.
6. Brasil. Constituição. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Acesso em: 28 jun. 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm#art1)
7. Souza MTD, Silva MDD, Carvalho RD. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*. Vol. 8; 2010. p. 102-106. Acesso em: 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrT7T34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>
8. Félix RS, França DJR, Nunes JT, Cunha ICBC, Davim RMB, Pereira JB. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. *Revista de enfermagem UFPE on line*, vol. 11, n.10; 2017. p. 3936-3947. Acesso em: 14 set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15187/24357>.
9. Matos KKC, Silva SPC, Lima JKDS. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. *Rev. Enferm. UFPE on line*. Recife; novembro 2018. p. 3069-3077. Acesso em: 25 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/235006/30509>.
10. Andrade ABCA, Gonçalves MJF. Maternidade em Regime prisional: desfechos maternos e neonatais. *Rev. Enferm. UFPE on line*; 2018. p. 1763-1771. Acesso em: 23 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234396/29227>.
11. Sales AC, et al. Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Revista Baiana de enfermagem*. Vol 35; 2021. Acesso em: 25 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36114>
12. Chaves LH, Araújo ICAD. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 30;2020. Acesso em: 01 ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7z5kcxDVhFkxsgJcGRRxQqv/?format=html>
13. Duque LDM, Silva GSV, Silva JSLG, Alves M, Silva EA, Gomes ENF. As repercussões bio-psíquicas do parto humanizado sob a lógica da mulher. *Revista pró-universus*, vol. 12, n.2 especial; 2021. p. 15-20. Acesso em: 24 set. 2022. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2713>
14. Gianini S, De Oliveira LP, Da Silva GSV. A presença do acompanhante no trabalho de parto, parto e pós-parto: compreensão das gestantes. *Revista pró-universus*. Vol. 11, n.1; 2020. p. 21-26. Acesso em: 24 nov. 2022. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2099>.
15. Santana MP, Tourinho MBDS, Nascimento RMDA, Pereira TS, Oliveira CLS. Assistência de enfermagem a gestante em situação de cárcere. *Unit Universidade Tiradente*; dezembro 2017. p. 1-3. Acesso em: 28 out. 2022. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/cie/article/viewFile/5470/2248>.
16. Lage VCC. O direito fundamental à saúde da mulher privativa de liberdade em tempos de Covid-19. *Revista de direito da Unigranrio*. Vol. 10, n. 1; 2020. Acesso em: 28 out. 2022. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/view/6322/3167>
17. Horta, WDA. Enfermagem: teoria, conceitos, princípios e processo. *Revista da escola de enfermagem da USP*. Vol. 8, n. 1; 1974. p. 7-17. Acesso em: 10 set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/z3PMpv3bMNst7jCJH77WKLb/?format=pdf&lang=pt>.